



FIM DA 6X1 E BREQUE DOS APPS APONTAM CAMINHO DA LUTA

APESAR DA PROPAGANDA GOVERNISTA, CLASSE TRABALHADORA SEGUE EM CONDIÇÃO PRECÁRIA. LUTA DE CLASSES INDEPENDENTE É A ÚNICA SAÍDA PARA OBTER CONQUISTAS

A propaganda governista exalta o baixo nível de desemprego e o aumento do rendimento médio dos trabalhadores, mas os números também revelam a precarização da nossa classe, principalmente nos setores de salários mais baixos. O governo Lula/Alckmin não reverteu medidas como a Lei das Terceirizações e a Reforma Trabalhista, que foram aprofundadas nos últimos anos. Por outro lado, por fora da estrutura da burocracia sindical, importantes lutas vêm fazendo frente a esse cenário, como a mobilização contra a escala 6x1 e o Breque dos Apps.

Nos setores mais precarizados do trabalho com carteira assinada, ganha corpo a luta pelo fim da escala 6x1. Iniciada pelo Movimento Vida Além do Trabalho (VAT), a pauta se destacou nas redes sociais e teve apoio das bases de amplas categorias. No fim do ano passado chegou ao Congresso Nacional, com um projeto de lei para implantar uma jornada de trabalho de 36 horas semanais e uma escala padrão de 4 dias de trabalho por 3 dias de descanso. A redução da jornada de trabalho é uma pauta histórica da classe trabalhadora, que por muito tempo foi largada pela burocracia sindical, encastelada na institucionalidade dos acordos com os patrões. Entidades sindicais que pregam a luta classista, como a CSP-



-Conlutas, têm apoiado as lutas de base contra a 6x1 para além dos debates no Congresso, porém as grandes centrais (como a própria CUT) ainda mantêm distância do tema, e apenas agitam essa bandeira como palavra de ordem vazia, sem construção real nas bases.

Entre os trabalhadores informais, o Breque dos Apps é outra importante luta que ganhou espaço nos últimos tempos. Os entregadores por aplicativos se mobilizam há alguns anos, com massivas paralisações nacionais para demandar melhoria dos rendimentos e direitos. Tratados como “parceiros” de empresas gigantes da tecnologia (muitas delas transnacionais que valem bilhões de dólares),

esses trabalhadores compreendem que são explorados e que só a luta coletiva pode arrancar conquistas dos de cima.

Enquanto isso, o governo Lula/Alckmin mal se esforça para se diferenciar dos governos anteriores. Sobre a escala 6x1, os governistas se resumem a defender a importância de “estabelecer o diálogo na sociedade” – depois que a discussão já foi colocada na sociedade. Pesquisa feita pelo Datafolha no fim do ano passado aponta que 64% dos brasileiros defendem o fim da escala 6x1. Mas o governo de “frente amplíssima” está comprometido com as entidades patronais e com o mercado financeiro, por isso não encampa esta

luta tão importante. Em relação aos direitos dos entregadores, em 2023 o governo federal estabeleceu um grupo de trabalho envolvendo entidades sindicais e patronais, mas dessa “negociação” nada avançou.

Os movimentos contra a escala 6x1 e pelos direitos dos entregadores por aplicativos demonstram a importância e a atualidade da luta de classes para arrancar conquistas dos de cima. As categorias mais precarizadas da classe trabalhadora têm enxergado que a propaganda do governismo não enche a barriga das famílias, muito menos superam as profundas desigualdades do país.

Apesar das mobilizações recentes, os atos do Primeiro de Maio deste ano ficaram longe de refletir as reais aspirações da classe trabalhadora. À exceção de algumas manifestações chamadas por entidades verdadeiramente de luta, os atos organizados pelas grandes centrais e sindicatos foram mais do mesmo do sindicalismo amarelo, com grandes shows e até sorteio de carros, acompanhados de discursos pelegos e governistas. A distância das cúpulas da burocracia sindical da realidade da classe trabalhadora é mais uma demonstração da urgência da luta de classes, independente de patrões e governos.

‘Ainda a Mulher...’, de Maria Antônia Soares
Página 02

Movimentos da América Latina se reúnem no Chile, no XV Elaopa
Página 02

1º de Maio tem fragmentação e avanços nas lutas
Página 03

‘Mártires de Chicago’ e a origem anarquista da data
Página 03

Formação política: o trabalho de base
Página 04

O Massacre de Eldorado dos Carajás e a luta pela terra
Página 05

Rio de Janeiro tem novo movimento de moradia
Página 05

Elon Musk e a dominação tecnológica
Página 06

Cinema: ‘Jenin, Jenin’ e a luta do povo palestino
Página 06

EUA e a gangorra tarifária de Trump
Página 07

O verdadeiro papel das polícias no capitalismo
Página 08

OSL e Faísca lançam novos livros
Página 08

LANCEMO-NOS NA LUTA E A VITÓRIA SERÁ NOSSA - MARIA ANTÔNIA SOARES

Nascida no estado de São Paulo, em 1898, Maria Antônia Soares fez parte do *Centro Feminino Jovens Idealistas*, e atuou em diversas movimentações libertárias no início do século 20, assim como seus irmãos, Primitivo Raimundo Soares e Maria Angelina Soares. O artigo a seguir foi publicado na edição 16 do jornal *A Luta*, em 1916, quando Maria Antônia tinha 18 anos de idade. A transcrição é do livro “Unidas nos lancemos na luta: o legado anarquista de Maria A. Soares”, publicado em 2021 pela Tenda de Livros - pesquisa de Aline Ludmila, Beatriz Silvério e Samanta Colhado Mendes.

Ainda a mulher...

Esposa e mãe, viu-se obrigada a abandonar o lar e buscar meios de contribuir também para o sustento da família por ser o ganho do marido demasiado mesquinho. Filha e irmã, viu a necessidade de acorrer ao sustento dos velhos pais, inutilizados para o trabalho por terem empregado nele mais forças das que dispunham, e aos seus irmãozinhos, demasiadamente pequenos ainda para se sustentarem a si próprios.

A necessidade obrigou-a ao excessivo trabalho das fábricas, de todos os lugares, enfim, onde pudesse ganhar o pão que em casa faltava.

Os capitalistas viram nisso uma excelente forma de aumentar os seus ganhos, e deram-lhe o que ela pedia; reservando para o homem os trabalhos que requerem uma força superior à que a mulher possui, e também os lugares onde ela pudesse influir moralmente nos destinos dos povos, alegando que é incompetente para isso.

Vemos, pois, que hoje a mulher é explorada vergonhosamente, e que o homem se vê obrigado a trabalhar por um salário mais mesquinho que nunca sob a pena de ficar sem trabalho, o que para ele significa a mais horrível miséria.

Ao considerar bem sobre a nossa situação, conclui-se que só temos dois caminhos a tomar: deixarmo-nos ficar inativos e ir rolando fatalmente até chegar ao mais vergonhoso estado de baixa e miséria, ou, sem temer as consequências que podem advir, lançarmo-nos numa luta decidida sem tréguas até conquistarmos os direitos que nos legou a Natureza e que nos foram usurpados por uma classe parasitária que soube aproveitar-se da nossa fraqueza.

Tenho observado que quando alguém de nós mulheres dá uma opinião, ou presta o seu concurso em um ato qualquer de propaganda emancipadora, não falta algum imbecil (eu assim considero) que deixe assomar aos lábios um sorriso zombador, e che-

gam mesmo algumas vezes a patente verbalmente, por meio de sandices, o desprezo que lhe inspira a ação daquela mulher.

Eu reconheço que os que isto fazem, ou são demasiado ignorantes ou hipócritas, e em qualquer dos dois casos só podem merecer a nossa compaixão.

Impõe-se, para remediar o mal estar, que todos os homens e mulheres, sentimos uma enérgica ação de nossa parte, que venha trazer, como consequência imediata, melhorias na nossa condição econômica.

O homem e a mulher sofrem as mesmas necessidades, ambos são explorados pela mesma classe, a capitalista, e posto que juntos sofrem o mesmo jugo; justo é que também juntos procurem destruí-lo.

Sente-se palpavelmente a necessidade de uma forte união entre os famintos de ambos os sexos, uma união total de forças e de sentimentos, que faça dos miseráveis escravos indefesos uma falange de valentes, disposta a lutar e vencer.

Somente a união e a instrução poderão elevar-nos moralmente ao nível de seres racionais.

Já é tempo que o homem e a mulher deixem de viver separados por um dique de prejuízos e egoísticos conceitos, com os quais não se consegue outra coisa senão fazer infeliz a humanidade.



Maria Antônia Soares no jornal *Voz do Povo* (RJ), Ano I, n. 67, 14 abr. 1920.

A ação do operariado unido, livre de preconceitos de raça, de nacionalidade ou sexo, nos fará esquecer a vida de escravos que vivemos até hoje; da qual nos lembraremos somente para amaldiçoá-la.

A nós, mulheres, é a quem compete iniciar a campanha libertadora, porque, a nossa alma de mártires que desde os primeiros tempos sofre os aviltantes ultrajes da mais infame organização social; a nossa alma é a mais vivamente ferida, e que, mais sedenta de amor e de justiça, mais disposta deve estar a alcançar essas suas fontes sublimes das quais emana a verdadeira dita.

Nós alentaremos os nossos irmãos e estes por sua vez nos darão o valioso concurso das energias nas quais reside a força suprema.

Lancemo-nos, pois, na luta com o nosso coração cheio de fé e esperança; e a vitória será nossa.



Delegações de mais de 100 organizações, movimentos e coletivos participaram do encontro.

XV ELAOPA REÚNE MOVIMENTOS DA AMÉRICA LATINA NO CHILE

Destacam-se pedidos de solidariedade contra a repressão enfrentada por diversos desses movimentos. Entre eles estão os processos sofridos por professoras e trabalhadores da província de Santa Fé, na Argentina, por se organizarem contra o projeto de reforma da previdência que vem sendo articulado pelo governo local.

Os companheiros do Chile trouxeram uma forte denúncia sobre o desaparecimento da ativista ambiental Julia Chuñil, presidenta da Comunidade Indígena Putreguel e responsável pela defesa de territórios ancestrais mapuches. Julia vinha sofrendo com ameaças de empresários locais interessados na exploração dos recursos naturais da comunidade. A ativista desapareceu no dia 8 de novembro de 2024.

**PRÓXIMO
ENCONTRO
ACONTECE
EM 2027,
NO BRASIL**

Nos dias 25 e 26 de janeiro deste ano aconteceu o XV Encontro Latinoamericano de Organizações Populares Autônomas. A edição deste ano foi sediada na comunidade La Bandera, em Santiago, no Chile. Este encontro tem como objetivo a articulação e troca de saberes entre organizações e movimentos sociais que se organizam de maneira independente.

Participaram do evento representantes de quase 100 organizações, movimentos e coletivos do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Colômbia e Estados Unidos. Através de diversas mesas temáticas foram abordados em especial a questão do patriarcado, da construção do poder popular e a possibilidade de articulação das lutas nos diferentes territórios da América Latina.

Desde então, as organizações que participam do Elaopa vêm intensificando uma campanha que exige das autoridades locais sua reaparição com vida.

Durante o encontro também foi definido que o próximo Elaopa será no Brasil em 2027. Ainda sem data e local definidos, o evento terá como eixos estruturantes do debate a questão étnico-racial e o combate ao racismo e ao colonialismo.

1º DE MAIO: FRAGMENTAÇÃO, ESVAZIAMENTO DA BUROCRACIA E AVANÇO DA LUTA PELA BASE

O Primeiro de Maio é a data mais importante da classe trabalhadora. Há mais de um século, trabalhadoras e trabalhadores de todo o mundo se reúnem nesta data na luta pela redução da jornada de trabalho e contra as injustiças sociais. Em meio a um cenário de fragmentação e burocratismo no meio sindical, estar nas ruas junto a um setor mais combativo é tarefa importante neste momento.

Em grande parte do país, a CUT e o PT recuaram da composição no dia, enfraquecendo presença e não organizando manifestações próprias. As centrais voltaram a celebrar a data com o velho peleguismo: em São Paulo, o 1º de Maio “unificado” entre CSB, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, Pública e apoio da CUT teve megashows e sorteio de dez carros. A tônica acabou sendo a medida de força de cada campo na conjuntura com descolamento do governo para não assumir bandeiras classistas. Os atos com bandeiras mais combativas cresceram em relação aos últimos anos, e foram os maiores, tendo como central a pauta



Militância da OSL destacou importância da independência de classe e combatividade.

da luta contra a escala 6x1.

A militância da OSL esteve nas ruas conforme a realidade de cada local, colocando de forma crítica o posicionamento em relação ao governo Lula/Alckmin e a necessidade da independência de classe para avançar nas conquistas da classe trabalhadora. Em nossas intervenções nos atos, falamos sobre a necessidade de manter as lutas nas ruas e nos locais de trabalho, e não confiarmos na politicagem e nos acordos de gabinete

com patrões e políticos, mesmo que se apresentem como aliados.

De forma geral, o 1º de Maio evidenciou a fragmentação do movimento popular, a crise do movimento sindical e a contradição central entre as pautas concretas da classe trabalhadora e os interesses eleitorais das direções partidárias. As manifestações em todo o país tiveram pouca unidade de ação e, salvo exceções, sem a participação e adesão mais ampla das classes oprimidas. Essa dispersão é resultado

direto da política das principais centrais sindicais e partidos que compõem a Frente Ampla de sustentação ao governo Lula/Alckmin, que priorizaram o governismo em um momento de queda nos índices de aprovação, visando as eleições de 2026.

Lula, que neste ano não compareceu aos atos da burocracia sindical (depois do fracasso do ato de 2024), optou por um pronunciamento em rede nacional no dia 30 de abril, prometendo redução da jornada de trabalho, tentando equilibrar os interesses da sua base eleitoral sem bater de frente com os interesses dos empresários e dos aliados do Congresso.

Entre os pontos positivos, a pauta contra a escala 6x1 mostrou ser um ponto importante para mobilização da classe trabalhadora, que ajudou a dar sentido às manifestações do 1º de Maio, que recentemente servia mais como data de festa, memória e palanque eleitoral. O desafio, agora, é mobilizar a pauta para o cotidiano da classe trabalhadora, para além dos grandes atos e entidades burocratizadas.

‘MÁRTIRES DE CHICAGO’ DERAM ORIGEM À DATA

O Dia Internacional da Classe Trabalhadora tem origem nas lutas dos trabalhadores travada em Chicago, nos Estados Unidos, no fim do século 19, com forte protagonismo anarquista. A cidade era um polo industrial na época, com longas jornadas de trabalho, que chegavam a 60 horas semanais. Nos anos 1880, ganhou corpo a proposta de redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias – medida que já era defendida pela Associação Internacional de Trabalhadores (AIT) desde seu primeiro congresso, em 1866. Em 1884, uma convenção envolvendo diversos sindicatos dos EUA estabeleceu o 1º de Maio de 1886 como um dia de luta para a conquista da jornada de 8 horas de trabalho por dia.

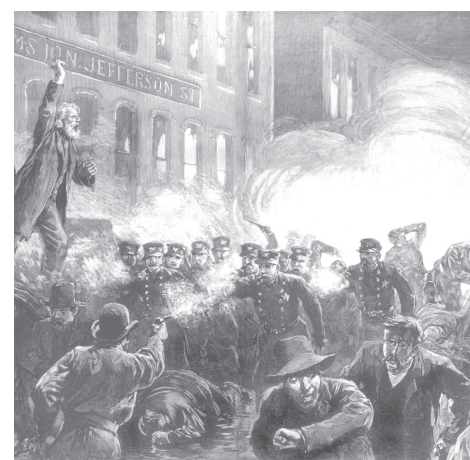
Naquela data, estima-se que até meio milhão de trabalhadores entraram em greve nos EUA. Dezenas de milhares de pessoas foram às manifestações de rua, sendo Chicago a principal cidade.

A greve seguiu e um segundo ato foi realizado em Chicago no dia 3 de maio. Neste dia, a polícia disparou contra os manifestantes, matando quatro trabalhadores e ferindo diversos outros. Em resposta à violência, um novo ato foi chamado para a noite de 4 de maio. No dia que ficou conhecido como a Revolta de Haymarket, os anarquistas August Spies, Albert Parsons e Samuel Fielden discursaram para o público,

polícia e manifestantes, com mortes dos dois lados.

O Estado escolheu anarquistas como bodes expiatórios. Foram presos Spies, Parsons e Fielden, além de Adolph Fischer, Michael Schwab, George Engel, Louis Lingg e Oscar Neebe – parte deles nem estava presente no ato da Praça Haymarket. Engel, Fischer, Parsons e Spies foram condenados à morte na forca – Lingg, também condenado à morte, cometeu suicídio antes da execução. Fielden e Schwab tiveram a pena de morte convertida em prisão perpétua. Já Neebe foi condenado a 15 anos de prisão. Anos mais tarde, os três foram perdoados pelo governo de Illinois. Os oito ficaram conhecidos como os “Mártires de Chicago”.

As lutas pela jornada de 8 horas de trabalho se intensificaram nos anos seguintes. Em 1889, a Segunda Internacional declarou o 1º de Maio como o Dia Internacional da Classe Trabalhadora, chamando as seções de todo o mundo a realiza-



Estado condenou anarquistas à morte depois de explosão de bomba em 4 de maio de 1886.

rem atos pela jornada de trabalho de 8 horas por dia.

No Brasil, as primeiras manifestações do 1º de Maio vão acontecer já no começo da década de 1890, em cidades como São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Porto Alegre, a cargo de anarquistas e socialistas.

Nas décadas seguintes, o 1º de Maio vai ganhar importância no Brasil e no mundo, como uma data de luta e de memória. Resgatar a origem dessa história é essencial, em um período em que a data é celebrada por patrões e governos, na tentativa de retirar o caráter combativo desse dia.

ANOS MAIS TARDE, ESTADO RECONHECEU A INOCÊNCIA DOS ANARQUISTAS CONDENADOS

quando por volta das 22h30 os policiais avançaram, e uma bomba foi atirada na direção deles. Na sequência, houve uma troca de tiros entre

TRABALHO DE BASE COMO ESTRATÉGIA POLÍTICO-ORGANIZATIVA



Muito se fala de trabalho de base, que é um tema recorrente e ainda mais necessário na atualidade. Mas é comum confundir trabalho de base com agito e propaganda, panfletagem, uma ida de casa em casa, mobilizações esporádicas ou somente nas eleições. Tudo isso pode fazer parte do trabalho de base, mas ele não se reduz a estas ações.

O trabalho de base não pode se reduzir também a atividades sem continuidade, a eventos. Nem achar que é ficar fazendo um monte de reuniões – que são importantes, mas servem principalmente para preparar uma ação e depois avaliá-la ela, e não ser um fim em si. Ou pior, achar que dá pra fazer o trabalho de base pelas redes sociais ou pelo *whatsapp*, pelo contrário, precisa de contato com o povo.

O trabalho de base se insere num projeto político, que define sua intencionalidade. Ele se insere numa estratégia político-organizativa que busca a transformação social. Ou seja, estabelece objetivos e prioridades, evitando cair no trefismo ou em querer “abraçar o mundo”, ou sucumbir a vícios como o reformismo, economicismo, assistencialismo ou ativismo. E com isso garante a sustentação, continuidade e conquistas das lutas.

Fazer trabalho de base é “fincar nossa bandeira” do movimento social, é construir força social em de-

terminado espaço para ter controle do território economicamente, politicamente, organizativamente e culturalmente.

Também é comum que depois da conquista da moradia (por um movimento sem-teto) ou da terra (por um movimento do campo) que a dinâmica esfrie e cada um vá “cuidar de sua vida”. Aí também se deve seguir com o trabalho de base para manter a organicidade da ocupação, do assentamento, estimular a participação das pessoas na construção do cotidiano do movimento e em suas tomadas de decisão.

Também é importante pensar em diferentes formas de financiar e estruturar o trabalho de base, desde a contribuição de cada pessoa, por menor que seja, a apoiadores de fora, solidariedade de outros movimentos e sindicatos, entre outras. E sempre envolvendo o povo para pensar e na solução desses processos.

Além disso, no capitalismo as classes dominantes se articulam e somam esforços para aumentar seu poder e desmobilizar o povo, sequestrar suas pautas, reduzir sua capacidade de luta, atomizar os sujeitos e canalizar a indignação para saídas individualistas. Por isso o trabalho de base precisa de um projeto político revolucionário que articule e una a classe trabalhadora e o conjunto das classes oprimidas, construindo relações de solidariedade de classe.

Portanto, podemos dizer que o trabalho de base constitui todos os esforços de organização, de mobilização e de formação (técnica, política, cultural etc) que prepara as classes populares para o exercício do poder popular, que necessariamente elas devem conquistar.

Princípios do trabalho de base:

- Só a massa faz mudanças, o povo como força potencial na construção do poder popular autogestionário;
- Intencionalidade. O trabalho de base é feito por militantes que fermentam essa massa, canalizando a revolta e a indignação para um projeto de transformação social;
- Ação direta. Envolver o povo como protagonista, como sujeito. O povo deve assumir responsabilidades e construir as lutas nos espaços de moradia, educação e trabalho.

Objetivos do trabalho de base:

- Resolver problemas do cotidiano. O trabalho de base não é abstrato, acontece num momento e num território para lutar e resolver problemas do cotidiano do povo (terra, educação, comida, saúde, moradia, trabalho etc), ou seja, lutar por direitos sociais básicos.
- Politizar a luta. Ou seja, lutar por direitos sociais básicos mas não pode ficar só nisso. Os militantes precisam politizar o processo para que o povo entenda as raízes dos seus problemas, que existe um sistema capitalista que explora, domina e oprime a classe trabalhadora e os sujeitos sociais. E portanto, seus

busca aumentar os quadros da luta social, e que vão fazer parte desse projeto político de transformação social.

Método do trabalho de base:

- Não há como fazer o trabalho de base sem “meter o corpo” no território, se inserir numa base social (a partir de critérios), encarnar naquela realidade, “construir seu barraco” ali naquele lugar. Em outras palavras, a esquerda de intenção revolucionária precisa ter presença concreta e relevante nas diferentes dimensões da vida do povo.

- Não dá pra começar com todo mundo, tem que priorizar determinadas pessoas e experiências. A militância deve identificar e formar as lideranças, que existem no meio do povo, costumam ser aquelas pessoas curiosas, que têm iniciativa e são críticas, pensam para além de sua família. O processo começa pequeno, sem megalomania, com muitos grupos de base bem organizados e que formem um movimento. Assim, um “círculo pequeno” vai alimentando um “círculo maior”.

- Estabelecer prioridades e não querer “abraçar o mundo”. Para isso são importantes algumas metodologias como análises do território e planejamentos de ações, identificar os objetivos que são mais viáveis e possíveis de conquistar, em vez das megalomias que nunca são alcançadas e geram frustração.

Tarefas permanentes do trabalho de base:

- Entrar em contato com o povo;
- Conhecer o território (sua economia, geografia, cultura, atores sociais etc);
- Não existe trabalho de base sem ação, por menor que seja. E ela tem que ser do tamanho que o povo está disposto a assumir. A ação também tem caráter formativo, é nela que se vai descobrindo as pessoas, o território. Deve-se envolver o povo como participante na divisão das tarefas para organizar e realizar a ação;
- Formação. Saber fazer as perguntas, ou seja, problematizar para o povo sair do senso comum sobre a realidade;
- O trabalho de base tem que desembocar no movimento social, ir pra rua, fazer alianças, dar sustentação para o trabalho de massa.

A ORGANIZAÇÃO COLETIVA É UMA DAS CONDIÇÕES PARA ACÚMULO DE FORÇA SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE PODER POPULAR

problemas não são apenas individuais e particulares, mas sofridos pelo conjunto das classes oprimidas. É preciso articular o local, o particular, com o todo, com o macro.

- Formar e recrutar novos militantes. O trabalho de base também

29 ANOS DO MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS

Em setembro de 1995, formou-se à beira da rodovia PA-275, em Curionópolis, Pará, um acampamento com mais de 2 mil famílias, visando a Fazenda Macaxeira, de 42.448 hectares e improdutivo. Cinco meses depois, sem solução, as famílias decidiram ocupar a fazenda. O governo prometeu assentar os acampados e enviar-lhes alimentos. Passadas duas semanas, os alimentos não haviam chegado e os sem-terra decidiram caminhar até Belém. Em 16 de abril de 1996, próximo de Eldorado de Carajás, decidiram bloquear a estrada para exigir alimentos para a marcha.

Na capital, reunidos o governador, o secretário de segurança, o superintendente estadual do Incra de Marabá e o presidente do Instituto de Terras do Pará, decidiram que os sem-terra deveriam ser removidos da rodovia de “qualquer maneira”. Às 16 horas de 17 de abril, 155 policiais dos batalhões de Paraupabas e Marabá, chegaram jogando bombas de gás lacrimogênio. Os trabalhadores responderam com pedras e paus. Amâncio Rodrigues da Silva levou um tiro no pé, caiu e foi executado com um tiro na cabeça. A cena revoltou os

sem-terra que revidaram com o que tinham. Os policiais dispararam as metralhadoras. Doze trabalhadores receberam tiros certos na cabeça e no tórax; sete foram mortos com instrumentos de corte retirados deles. A operação deixou 19 mortos, 69 feridos e pelo menos 7 desaparecidos. Segundo laudos, 13 foram executados depois de rendidos. O crime do Estado chocou o mundo e o 17 de abril se transformou no Dia Internacional da Luta pela Terra e no Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Vinte e nove anos após o massacre de Eldorado dos Carajás a violência no campo segue avançando e, segundo dados de conflitos no campo da Comissão Pastoral da Terra (Cedoc-CPT), só em 2024 foram 1.768 ocorrências de conflitos por terra, e 1.680 registros de violência. É importante destacar ainda o papel da contaminação por agrotóxicos no aumento nos registros de violência. No último ano houve um salto nas ocorrências desse tipo de violação, passando de 32 em 2023 para 276 em 2024, um crescimento de 762%. A maioria dessas ocorrências foi registrada no Maranhão (228), onde comunita-



Foto: João Roberto Ripper.

des tradicionais estão enfrentando graves consequências em decorrência da pulverização aérea de agrotóxicos.

Em 2023, a Bancada Ruralista, ou Frente Parlamentar do Agropecuária (FPA), totalizava 300 deputados no Congresso Nacional, sendo ¼ do PL. Mas o agronegócio também tem sua versão paramilitar, o movimento Invasão Zero reúne fazendeiros de diversos estados do país e tem se organizado para o enfrentamento armado das ocupações de terra, muitas vezes articulados com polícias locais, poder judiciária, prefeitos, governadores etc.

Em 2024 foram identificados ataques violentos assumidos e/ou comprovados pelo “Invasão Zero” em pelo menos sete estados. Ataques coordenados de grupos de fazendeiros, seguindo os padrões de atuação do “Invasão Zero”, ocorreram em quatro estados. Um caso que se destaca é o assassinato de Maria Fátima Muniz de Andra-

de (Nega Pataxó), em janeiro do ano passado, cometido por um fazendeiro ligado ao grupo “Invasão Zero”, em uma retomada indígena Pataxó Hã Hã Hã.

A violência no campo está relacionada não apenas ao avanço e organização do agronegócio, mas também à impunidade e apoio que este setor do capitalismo brasileiro recebe do Estado. Exemplos disso são a isenção de impostos, como a Lei Kandir que isenta de ICMS a exportação dos commodities do agronegócio (soja, milho, café), a liberação em massa de uso de agrotóxicos e a estagnação da reforma agrária, cujo orçamento previsto para 2024 foi o menor de todos os governos petistas até então. O governo Lula-Alckmin não faz diferente, mantém o pacto e a conciliação com o agronegócio, contribuindo para manter a força desse setor parasitário do Brasil e consolidando o Estado como cúmplice da violência no campo.

MOVIMENTO ‘QUILOMBOS URBANOS LUTA POR MORADIA DIGNA’ É LANÇADO NO RIO DE JANEIRO



Movimento atua em cinco ocupações urbanas

No dia 28 de abril foi lançado publicamente na cidade do Rio de Janeiro o Movimento Quilombos Urbanos Luta por Moradia Digna, num evento realizado na ocupação Marielle Franco, localizada no bairro do Catete.

O evento contou com a presença de outros movimentos populares e entidades, que falaram a respeito da luta por moradia na cidade, como o Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) e o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (NUTH). O lançamento teve ainda apresentação de diferentes artistas, como a banda de refugiados Terremoto Clandestino (composta por imigrantes e

refugiados de diferentes países) e o grupo de rap Us Neguin Q Não C Kala. O movimento conta atualmente com cinco ocupações urbanas (Luiz Carlos Prestes, Maria Felipa, Marielle Franco, João Cândido e Tiradentes) e organiza-se a partir de assembleias, uma coordenação geral, diferentes comissões e grupos de trabalho.

O movimento é formado por trabalhadores e trabalhadoras que lutam por moradia digna e se organizam por meio da ação direta, auto-organização, solidariedade e democracia interna.

A Organização Socialista Libertária (OSL) deseja vida longa aos Quilombos Urbanos, até que a terra e a moradia sejam um direito de todas e todos os trabalhadores do mundo!

PODER, TECNOLOGIA E ELON MUSK

Foto: Starlink.



Satélites da Starlink fornecem internet para 90% das cidades da Amazônia

Uma polêmica recente trouxe à tona uma situação curiosa e didática: as Forças Armadas do Brasil dependem de uma empresa estrangeira para suas comunicações. A Starlink, do bilionário Elon Musk, fornece internet via satélite para as operações do Exército e da Marinha em áreas remotas, como a Amazônia. Parece contraditório, mas o país precisa dessa tecnologia para defender sua soberania, enquanto, na prática, acaba ficando à mercê de uma empresa estrangeira, comandada por um bilionário e até pouco tempo chefe de um departamento do governo Trump.

A questão se torna ainda mais complexa quando se considera que a Starlink é ligada ao X, antiga plataforma Twitter, também controlada por Musk. Com o controle de uma empresa de telecomunicações essencial e de uma das maiores redes sociais do mundo, Musk acumula um poder considerável. Ele pode, ao mesmo tempo, influenciar a opinião pública e fornecer (ou retirar) serviços críticos de internet. Essa situação deixa clara a contradição: o Brasil precisa de uma empresa estrangeira para garantir sua soberania, mesmo que isso também coloque em risco essa mesma soberania.

O problema não é exclusivo do Brasil. Na era da globalização e da tecnologia avançada, os estados nacionais têm cada vez menos controle sobre o que acontece dentro de suas fronteiras, e as classes dominantes cada vez mais exercem seu poder de dominação. Empresas gigantes, como a Starlink, Alphabet e Meta, operam em uma escala global que os governos muitas vezes não conseguem acompanhar. Para se ter uma ideia, a Starlink tem uma constelação com mais de 6 mil satélites em órbita, fornecendo internet para regiões onde outras tecnologias não chegam. No Brasil, suas antenas estão instaladas em 90% dos municípios da Amazônia. Ou seja, em muitas regiões isoladas do país, a Starlink é a única opção disponível.

presas estrangeiras, oferecendo uma alternativa controlada pelos governos europeus. O sistema deve estar plenamente operacional em 2027, mostrando que há uma preocupação crescente com essa questão.

Além disso, a ligação entre a Starlink e o X aumenta o poder de influência de Musk. Com o controle da plataforma, ele pode moldar debates e influenciar a opinião pública, algo que pode impactar diretamente nas políticas de vários países, inclusive no Brasil.

Diante de tudo isso, a soberania nacional precisa ser repensada, no sentido de entendermos que antes das relações entre nações, existe a luta de classes, presente em todos os países. As classes dominantes não controlam apenas as fronteiras físicas; elas controlam as infraestruturas tecnológicas e informacionais. Enquanto não existir uma infraestrutura própria e segura, estaremos sempre sujeitos aos interesses de grandes corporações globais. E essa é uma realidade que vai muito além do Brasil, afetando as classes oprimidas do mundo todo.

Em resumo, o caso da Starlink mostra como a dependência tecnológica pode fragilizar qualquer projeto de poder popular autogestionário, e qualquer ruptura mais profunda do sistema de dominação precisa ter em mente hoje as infraestruturas de tecnologia e comunicação.

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DEVE SER LEVADA EM CONTA EM UM PROJETO DE RUPTURA

A União Europeia, diante de um cenário semelhante, decidiu agir. Em 2022, lançou o IRIS, um sistema próprio de comunicação via satélite para os países do bloco. A ideia é reduzir a dependência de em-

Em abril de 2002, o campo de refugiados de Jenin, cidade no território palestino da Cisjordânia ocupada, foi destruído durante dez dias na operação Escudo Defensivo, levada a cabo pelo exército israelense. No ataque, os sionistas cometeram diversos crimes de guerra, e estima-se que entre 200 e 500 palestinos foram mortos a tiros, soterrados vivos, esmagados por tanques de guerra e sob tortura.

No documentário *Jenin, Jenin*, o ator e diretor palestino Mohammad Bakri conseguiu entrar no campo e entrevistar refugiados sobreviventes de todas as idades. O filme foi premiado como Melhor Filme no Festival Internacional de Cinema de Cartago de 2002 e com o Prêmio Internacional de Cinema Documental e Reportagem Mediterrânea de 2003. As legendas traduzidas para o português foram feitas pelo Cineclube Al Ard.

A câmera filma destroços de pré-

diários e casas. Moradores andam pelos escombros e dizem que todo mundo perdeu alguém, que em todo lugar tem gente procurando seus familiares soterrados. A tristeza e a revolta estão em todos os semblantes, das crianças aos idosos, passando pelas pessoas com deficiência: os sionistas não poupam ninguém.

Nas falas dos entrevistados, salta a sagacidade e a estupefação de quem acabou de passar dias presenciando atrocidades, sofrendo covarde violência, perdendo entes queridos e vendo seu patrimônio virar ruína, mas que, mesmo assim, insiste obstinadamente em lutar até o fim contra o inimigo colonizador que rouba terras e promove tentativa de limpeza étnica. São palavras cortantes de mentes afiadas pela dor, pela coragem e pela combatividade.

CineCELIP debateu documentário em São Paulo

Em fevereiro, o CineCelip, junto

Documentário traz entrevistas com sobreviventes palestinos.



'JENIN, JENIN' MOSTRA HEROICA LUTA DO POVO PALESTINO

com o Cineclube Al Ard, exibiu em São Paulo o documentário *Jenin, Jenin*, discutindo a heroica luta de resistência do povo palestino.

O cine-debate aconteceu no momento do cessar-fogo entre Israel e o Hamas – logo depois descumprido pela entidade sionista. As pessoas presentes

saíram com uma visão mais ampla da história da resistência palestina e da opressão sionista, com uma sensibilidade mais profunda em relação ao genocídio atualmente em curso e com maior instrução sobre como realizar a luta contra o sionismo e em solidariedade à Palestina.



A GANGORRA DE TRUMP COLOCA OS EUA CONTRA A UNIÃO EUROPEIA

O governo Trump 2 tentou colocar a economia mundial de pernas pro ar e falhou. Passados mais de dois meses do início e recuo da guerra tarifária, a perspectiva dentro do Império é muito ruim.

Estrategistas do JPMorgan alertam que a alta das ações dos EUA corre risco de estagflação. Preços mais altos e crescimento econômico mais fraco nos EUA durante o verão no hemisfério norte provavelmente ameaçarão a alta do S&P 500 (o principal índice da Bolsa de Valores dos Estados Unidos), de acordo com estrategistas do JPMorgan Chase & Co.

A ameaça de estagflação e a incerteza contínua sobre as negociações comerciais entre os EUA e seus maiores parceiros manterão as ações sob controle nos próximos meses, de acordo com os estrategistas. Os “estrategistas da especulação” também disseram que “o cenário atual de tarifas é pior do que a maioria pensava no início do ano de 2025”.

A previsão de baixa ocorre após o S&P 500 ter encerrado seu melhor mês desde 2023, mas as preocupações com as tensões comerciais globais e o crescente déficit orçamentário dos EUA retornaram. A população estadunidense – dentre os países ocidentais ditos “desenvolvidos” – é a que mais sofre do diferencial de pobreza, tendo segmentos sociais que vivem sob tirania distópica: empregos frágeis, endividamento, população de rua, epidemia de drogas farmacêuticas, mais de 100 milhões de civis armados e um terço da cidadania sob intensa repressão policial.

Europa prepara “contramedidas” caso acordo tarifário com os EUA fracasse

O porta-voz da Comissão Europeia, Olof Gill, afirmou em uma coletiva de imprensa regular em Bruxelas na segunda-feira 02 de junho que “a UE está preparada para impor contramedidas” caso as nego-

ciações comerciais fracassem entre as duas partes.

Desde o retorno de Donald Trump à Casa Branca em janeiro, sua enxurrada de tarifas contra parceiros comerciais dos EUA tem abalado o “mercado global”, ao menos o controlado pelo ocidente. Estes “parceiros” enfrentam tarifas de 11% a mais de 100% sobre produtos importados.

No entanto, a maioria das tarifas de Trump foi suspensa por 90 dias devido à volatilidade do mercado de ações dos EUA. Desta forma, o Império afunda a si mesmo, ao menos na cotização de empresas. Porque até isso mudou. A Bolsa não pesa tanto. O controle real se dá nos chamados “fundos de aplicação”, os bilionários especuladores controlam um valor imenso e tensionam as posições do mercado da dívida da América Latina, Brasil inclusive.

Enquanto isso, a União Europeia está finalizando uma “lista ampliada de contramedidas” que “entrarão em vigor automaticamente se e caso o tarifário dos EUA voltarem a valer”.

Prepotência sem fim

O comércio mundial está baseado no frete marítimo e no seguro das operações garantido pelos bancos dentro do Sistema Swift. Como os EUA ainda têm o poder de “ligar e desligar” um país do mecanismo de troca interbancário controlado pelo ocidente, pode trancar uma parte importante de expostações e importações. Mas nem assim impediria todo o comércio internacional.

Desta forma, Trump entendeu que precisava “impor as tarifas” à entrada de produtos dentro dos Estados Unidos. Sua “gangorra tarifária” simplesmente paralisa os contratos de exportação e importação para o território do Império, e coloca o ocidente em frangalhos por seus rachas sem fim no Sistema Internacional de poder estatal.

Faísca
Publicações
Libertárias



www.editorafaisca.net

Jornal *Libera*, julho de 2025.
Tiragem: 2 mil exemplares. O *Libera* é o jornal oficial da Organização Socialista Libertária (OSL), de responsabilidade da Secretaria de Comunicação da organização, autofinanciado por nossa militância e pela contribuição voluntária de apoiadores e simpatizantes. Se tem interesse em nos apoiar, envie email para: secom_osl@riseup.net.

Instituto de Teoria e
História Anarquista

ITHA★IATH

• Textos clássicos e contemporâneos • Cursos
• Dossiês • Podcast Xadrez Político

novo site multi-idiomas:

www.itha-iath.org



Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil.

Repressão às classes oprimidas é a função central da polícia.

A política de segurança pública no estado de São Paulo vive uma escalada de violência policial. Em 2024, a letalidade policial cresceu 65% em relação ao ano anterior. Casos brutais como o de um homem jogado de uma ponte por um PM, ou a invasão de um velório em Bauru, mostram que o Estado tem a maior parte da população como inimiga. No centro dessa engrenagem repressiva está o secretário de Segurança Pública Guilherme Derrite — ex-Rota, bolsonarista e executor das operações de massacre no litoral paulista. Sua permanência é insustentável. Por isso, movimentos e coletivos construíram no estado a campanha Fora Derrite.

Mas é importante lembrar que a violência policial não é um desvio, é parte da lógica de funcionamento do sistema capitalista-estatista. A polícia não surgiu para combater o crime, mas como ferramenta de controle social. Na Inglaterra e nos EUA, entre 1825 e 1855, a polícia moderna nasceu como resposta aos motins urbanos, greves de trabalhadores e levantes de escravizados

— não ao aumento da criminalidade. A burguesia precisava conter a ação coletiva da classe trabalhadora e disciplinar a nova força de trabalho urbana. Daí a função central da polícia: agir contra as massas oprimidas.

É por isso que a polícia mata. Mata Ryan, criança de 4 anos, com um tiro em Santos. Mata Manuela, adolescente perseguida. Mata Gabriel Renan, Victória Manoelly, Marco Aurélio. Produz as chamadas Operações Escudo e Verão, realizadas no litoral paulista, com execuções, ocultação de cadáveres e falsificação de provas. Não são exceções. São vítimas de uma política de segurança que age como guerra contra o povo negro e periférico. No Brasil, esse padrão é histórico. Seja em São Paulo com os bolsonaristas à frente, na Bahia governada pelo PT, ou no Rio de Janeiro do chamado centrão, a militarização é a regra — e a punição aos policiais assassinos é quase inexistente.

Enquanto isso, feminicídios batem recordes, a segurança das mulheres é negligenciada e crimes

CAMPANHA ‘FORA DERRITE’ E O VERDADEIRO PAPEL DAS POLÍCIAS NO CAPITALISMO

como furtos e assaltos aumentam. As polícias são flagradas agindo para o crime organizado — como no caso de PMs e delegados envolvidos com o tráfico na Cracolândia. A chamada “guerra às drogas”, que alimenta essas chacinas, fracassou como política e triunfa como mecanismo de controle social. Em vez de atacar o grande tráfico, ataca a juventude negra. Em vez de enfrentar o capital que lucra com a lavagem de dinheiro, reprime quem vive na periferia.

A criação da polícia moderna em Londres, após o Massacre de Peterloo (1819), respondeu justamente à necessidade de conter grandes manifestações populares sem produzir mártires. A função da polícia era — e ainda é — garantir a ordem social imposta pelos de cima. A repressão não é um desvio, é um projeto. A polícia reprime greves, manifestações e toda tentativa de organização independente da classe trabalhadora.

No passado e em diversas formas de organizações sociais de hoje, comunidades autônomas resolviam e resolvem conflitos por meio da responsabilidade mútua. Sem polícia, mas sim formas coletivas de justiça.

Com o avanço do capitalismo e o crescimento das cidades, o Estado passou a centralizar o controle da população. A polícia moderna nasce aí: para reprimir, vigiar, desmobilizar.

Hoje, no território brasileiro, vemos a militarização das guardas Civis e Municipais, o uso político da repressão, o “prisômetro” como *marketing* penal (o prisômetro é um painel de LED, em São Paulo, que exibe em tempo real as prisões realizadas na cidade, com foco no Smart Sampa, um sistema de câmeras com reconhecimento facial). Tudo isso fortalece a criminalização da pobreza. O papel de Derrite nesse processo é central, mas não é individual. Por isso, dizer Fora Derrite é abrir uma disputa de sentido: por outra política de segurança, e por outro projeto de sociedade.

A luta por justiça passa pela memória das vítimas, pela denúncia dos assassinos e pela organização das periferias. É hora de interromper o ciclo de massacres. Derrite tem que cair. E com ele, toda a lógica de guerra contra o povo. Que se ergam a solidariedade, a autodefesa popular e o poder coletivo contra o terror do Estado.

OSL E FAÍSCA LANÇAM QUATRO NOVOS LIVROS

A *Organização Socialista Libertária* e a *Faísca Publicações Libertárias* lançam neste primeiro semestre do ano mais quatro livros das coleções “Nossas Referências e Cadernos da OSL”. Os livros podem ser adquiridos no site da Faísca: editorafaísca.net.

No início do ano, foram lançados “Organização em diferentes níveis e programa anarquista”, que traz um compilado de textos do anarquista

italiano Errico Malatesta, que reflete sobre a necessidade da organização política e de um programa anarquista, além de “Marxismo, Stálin e a crítica ao anarquismo”, texto da OSL de 2024 que expõe a fragilidade de parte das críticas marxistas-leninistas ao anarquismo, e propõe um debate com a esquerda radical brasileira sobre o socialismo.

Em julho, são lançados “Estado,

capitalismo e classes sociais: contribuições de história e filosofia política”, que traz os textos das três conferências feitas por Mikhail Bakunin aos operários do Vale de Saint-Imier, e o livro “Expressões do Plataformismo”, que inclui os textos da Plataforma da *Federação dos Anarcocomunistas da Bulgária* (FAKB), de 1945, e o “Manifesto Comunista Libertário”, de Georges Fontenis, de 1953.



OSL



OSL



OSL